



Nota à Comunicação Social

## **TRAGÉDIA AGRAVADA DOS FOGOS FLORESTAIS REFORÇA NECESSIDADE DA APOSTA NA PREVENÇÃO**

O drama vivido nos últimos dias pelas populações do Continente e da Madeira, sujeitas a uma vaga de fogos florestais, com uma intensidade fora do normal, ainda que previsível, pela reunião de um conjunto de factores relacionados com as condições climatéricas adversas, a desertificação das zonas florestais, o desordenamento florestal e a ausência de intervenção no cuidado das matas e florestas, vem confirmar o que a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais tem vindo a defender ao longo dos anos – a aposta está na PREVENÇÃO.

E a prevenção faz-se reconstruindo e dando operacionalidade aos serviços florestais públicos, alvo de um processo de destruição, levada a cabo ao longo das últimas duas décadas, a pretexto da necessidade da contenção de despesas públicas, dando-lhes um estatuto de referência e de autoridade na defesa e promoção da Floresta.

Neste sentido, continuamos a defender a separação dos serviços florestais dos serviços de conservação da natureza, uma fusão que somente serviu para desresponsabilizar o Estado do papel fundamental que deve ter na defesa e conservação deste património fundamental do nosso País, tenha ele natureza pública ou privada.

Agora que o Primeiro-Ministro anunciou que irão ser tomadas medidas com vista à prevenção dos incêndios florestais, consideramos ser indispensável que a curto prazo o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas seja extinto e recriados os organismos dedicados especificamente à Conservação da Natureza e à Floresta, com os respectivos serviços desconcentrados e os adequados recursos humanos especializados.

Por outro lado, decorridos que estão dez anos sobre a extinção do Corpo Nacional da Guarda Florestal e a integração dos respectivos Guardas Florestais no Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), da GNR, importa que sejam tomadas medidas no sentido de valorizar a intervenção destes profissionais enquanto Corpo, na estrutura do SEPNA, tendo em conta as funções, formação e conhecimentos específicos que os mesmos detêm e que muito podem contribuir para a defesa da floresta e a prevenção dos incêndios florestais.

A primeira dessas medidas, deverá ser a de revogação da legislação que impõe a extinção da carreira de Guarda-Florestal e impede subsequentemente o recrutamento de novos efectivos para a carreira. Os actuais 317 Guardas-Florestais integrados no SEPNA/GNR, são manifestamente insuficientes para a área florestal que deve ser policiada e fiscalizada, bem como para as restantes funções de investigação das causas dos fogos florestais, de validação das áreas ardidadas, de fiscalização das actividades cinegética e da pesca.



Continuamos a considerar que a planificação e programação da intervenção dos Guardas Florestais do SEPNA, no policiamento e fiscalização do cumprimento da legislação florestal, não pode ser feita no mero contexto da segurança pública, devendo obedecer a parâmetros específicos que não são relevados, por ausência de formação académica e profissional na área florestal, na maioria dos casos pelos oficiais da GNR que chefiam os diversos graus da estrutura daquele serviço.

No âmbito da Conservação da Natureza, onde se inserem as Áreas Protegidas, esta Federação considera indispensável que estas voltem a ser dotadas de direcções próprias, com grau de autonomia suficiente para a planificação da intervenção dos serviços na sua preservação e que sejam reforçados os meios humanos e técnicos, hoje em gritante degradação.

Importa, especificamente, que o Governo adopte medidas urgentes para o reforço do número de Vigilantes da Natureza, considerando a situação dramática hoje vivida, com áreas protegidas de grande dimensão e sómente um ou dois profissionais daquela carreira.

Lisboa, 11 de Agosto de 2016

O Gabinete de Informação  
da FNSTFPS

Contacto: Luís Pesca / 967 864 150